



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
9ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

Registro: 2014.0000517907

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0011739-46.2008.8.26.0565, da Comarca de São Caetano do Sul, em que é apelante/apelado MARIA JOSÉ PEREIRA BARROS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante TRANSPORTADORA TURÍSTICA BENFICA LTDA, Apelados IRMÃOS TOLEDO ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA, MARCELO BARBOSA DE TOLEDO e SULINA SEGURADORA S/A (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL).

ACORDAM, em 9ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "afastada a preliminar suscitada, deram parcial provimento ao apelo da autora e integral provimento ao apelo da corré Transportadora Turística Benfica Ltda., com observação, por v. u.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores ARMANDO TOLEDO (Presidente) e ANTONIO RIGOLIN.

São Paulo, 26 de agosto de 2014.

PAULO AYROSA
RELATOR
ASSINATURA ELETRÔNICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
9ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

Apelação com Revisão Nº 0011739-46.2008.8.26.0565

Aptes/Apdos: MARIA JOSÉ PEREIRA BARROS

TRANSPORTADORA TURÍSTICA BENFICA LTDA.

Partes: IRMÃOS TOLEDO ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA.
E OUTROS

Comarca: São Caetano do Sul – 1ª V. Cível

Juiz: Carlos Alexandre Aiba Aguemí

Observação: Resolução nº 643/2014

V O T O Nº 27.047

PROCESSUAL CIVIL – NULIDADE DA SENTENÇA – EXTRA PETITA – TEMA A SER ANALISADO NO MÉRITO – PRELIMINAR REPELIDA. De se afastar a nulidade suscitada ante a questão de mérito que aborda o tema proposto.

ACIDENTE DE VEÍCULO – COLISÃO ENTRE AUTOMÓVEL E ÔNIBUS – CULPA EXCLUSIVA DO CONDUTOR DO AUTOMÓVEL DEMONSTRADA – INVASÃO DE CONTRAMÃO DE DIREÇÃO – DANOS MATERIAIS NÃO COMPROVADOS – IMPERTINÊNCIA – DANOS IMATERIAIS – COMPROVAÇÃO – MORTE DO MARIDO DA AUTORA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO MOTORISTA E DE SUA EMPRESA – RECONHECIMENTO – PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO DA EMPRESA DE ÔNIBUS AO PAGAMENTO DE VALOR DE SEGURO – IMPERTINÊNCIA – RECURSO DA AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO E ACOLHIDO INTEGRALMENTE O DA CORRÉ.

I- Demonstrada a culpa exclusiva do motorista do automóvel na colisão, de rigor o reconhecimento da procedência da imputação indenizatória por danos morais ao condutor e à empresa proprietária do veículo, por força do disposto nos artigos 932, III e 933, do CC;

II- Ausente prova de dano material, impertinente a pretensão indenizatória a este título;

III- Não comprovada qualquer responsabilidade da empresa de ônibus no fatídico evento, não há como responsabilizá-la ao pagamento de seguro facultativo que contratou.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
9ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

MARIA JOSÉ PEREIRA BARROS propôs ação indenizatória por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito em face de **IRMÃOS TOLEDO ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA., MARCELO BARBOSA DE TOLEDO** e **TRANSPORTADORA TURÍSTICA BENFICA LTDA.**, que denunciou à lide a **SULINA SEGURADORA S/A** e **APS SEGURADORA S/A**, julgada parcialmente procedente a ação pela r. sentença de fls. 442/452, cujo relatório se adota, para condenar os réus Marcelo e a Transportadora Turística, solidariamente, ao pagamento de R\$ 45.000,00 a título de compensação pelos danos morais reconhecidos, assim como ao pagamento proporcional dos ônus de sucumbência, eleita a verba honorária advocatícia em 15% do valor da condenação, observando-se a gratuidade processual, e improcedente a denunciação.

Inconformadas recorrem a autora e a ré Transportadora Turística.

A autora à fls. 455/457, em suma, busca a inclusão da corré **IRMÃOS TOLEDO ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA.** na condenação, de forma solidária, invocando as normas dos artigos 932, III e 933, do CC; busca, outrossim, a condenação dos corréus ao pagamento de quantia correspondente a 1/3 dos rendimentos de seu falecido marido a título de danos materiais, como pleiteado na inicial

A corré **TRANSPORTADORA TURÍSTICA BENFICA LTDA.**, por seu turno, à fls. 459/472, em síntese, em preliminar, argui a nulidade da r. sentença sob a alegação de ser *extra petita*, visto que na inicial autora visa a sua condenação subsidiária e não solidária; no mérito pleiteia o reconhecimento de responsabilidade exclusiva do causador do acidente e de sua empresa, ante a evidente culpa daquele na determinação do acidente que vitimou a autora e seu marido; alternativamente busca a redução do valor arbitrado a título de compensação pelo dano moral reconhecido, como também o reconhecimento da procedência da lide secundária posto haver cobertura securitária para o sinistro referente a dano moral; por derradeiro almeja a redução da verba honorária sucumbencial.

Somente a apelada **TRANSPORTADORA TURÍSTICA BENFICA LTDA.** apresentou contrarrazões pugnando parcial provimento do apelo do autor exclusivamente quanto à responsabilização da empresa proprietária do veículo causador do acidente (fls. 479/486).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
9ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

Em razão da Resolução nº 643/2014 do TJSP, foram os autos redistribuídos, vindo à conclusão deste relator.

É O RELATÓRIO.

A preliminar suscitada pela ré Transportadora Turística Benfica Ltda. merece ser superada, tendo em vista a análise de mérito, que abaixo se exporá.

Com efeito, é fato incontroverso que o corréu Marcelo Barbosa de Toledo foi o culpado pelo acidente envolvendo o veículo que dirigia, pertencente à corré Irmãos Toledo Acessórios Para Veículos Ltda., e o ônibus de propriedade da corré/apelante Transportadora Turística Benfica Ltda., dirigido por Onésimo Severiano Fernandes, como registra o laudo pericial de fls. 26/44, como também a sentença criminal de fls. 307/344, assim como a prova oral de fls. 386/388. Da colisão, no interessante a esta ação, resultou a morte do marido da autora, que era passageiro do ônibus (doc. de fls. 17/24) e ferimentos na autora (fls. 45), sem que haja comprovação de sequela.

Em sua inicial a autora busca a condenação dos corréus Marcelo e Irmãos Toledo Acessórios Para Veículos Ltda. ao pagamento dos danos materiais e morais decorrentes do referido acidente, pleiteando, subsidiariamente, a condenação da corré Transportadora Turística Benfica Ltda. ao pagamento da indenização securitária que havia contratado, tendo em vista que a seguradora estava em processo de liquidação extrajudicial.

No que se refere ao primeiro pedido, acolhido em parte e que é objeto de apelo da autora para que se reconheça a responsabilidade solidária da empresa Irmãos Toledo Acessórios Para Veículos Ltda., de rigor a procedência do pleito, não havendo fundamentação plausível para a exclusão da empresa proprietária do veículo causador do acidente, ante a expressa previsão legal constante dos artigos invocados pela recorrente autora, quais sejam, o art. 932, III, e art. 933, todos do CC/2002.

Efetivamente, a responsabilidade da empresa corré Irmãos Toledo Acessórios Para Veículos Ltda. é patente e objetiva, nos termos do art. 933 acima citado, a justificar a sua inclusão, como responsável solidária, na indenização a que foi condenado o corréu Marcelo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
9ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

Todavia, sem razão a recorrente autora quanto à sua pretensão de que sejam os réus acima condenados ao pagamento de pensão mensal vitalícia à ordem de 1/3 do salário ou pensão que recebia seu falecido marido. Na condição de viúva supérstite, como confessa em seu depoimento pessoal, percebe da previdência oficial a pensão por morte de seu marido, não havendo, por conseguinte, qualquer redução de seus ganhos materiais, até porque não demonstrado que o *de cujus* percebesse outros rendimentos que não os derivados de sua aposentadoria.

Em relação do apelo da corré Transportadora Turística Benfica Ltda., é patente a sua exclusão de responsabilidade pelo evento causador da morte do marido da autora e dos ferimentos desta, como reconhece ela em sua inicial. Igualmente não há como responsabiliza-la ao pagamento da indenização securitária que contratou junto às seguradoras litisdenunciadas que, diga-se, ao revés do constante na r. sentença recorrida, previa cobertura securitária para danos morais como bem se nota à fls. 154 e 161, isto porque sua responsabilização somente seria admissível na hipótese de ser a ela imputada responsabilidade pela colisão, o que não é o caso destes autos.

Ante o acima exposto, acolhe-se parcialmente o apelo da autora para se reconhecer a responsabilidade solidária da corré Irmãos Toledo Acessórios Para Veículos Ltda. ao pagamento da compensação por dano moral arbitrada em primeira instância e se dá provimento ao apelo da corré Transportadora Turística Benfica Ltda. para julgar improcedente a ação em relação a si, condenando o autor ao pagamento dos ônus sucumbenciais a ela referentes, eleitos os honorários advocatícios em R\$ 2.000,00, observada a gratuidade judiciária.

Posto isto, afastada a preliminar suscitada, dou parcial provimento ao apelo da autora e integral provimento ao apelo da corré Transportadora Turística Benfica Ltda., com observação.

PAULO CELSO AYROSA M. DE ANDRADE
Relator